

FOLHA DE S.PAULO

Centrais estudam ir à Justiça pelo reajuste do mínimo com o novo PIB

CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO

14/03/2015 02h00

As centrais sindicais já estudam medidas jurídicas para pedir ao governo a correção do salário mínimo a partir da revisão do PIB (Produto Interno Bruto), feita pelo IBGE e divulgado nesta semana.

A política de elevação do salário mínimo, prevista em lei desde 2011 e aplicada por meio de medidas provisórias editadas desde 2007, prevê que o reajuste seja feito combinando a inflação medida pelo INPC do ano anterior e o PIB de dois anos antes.

Como o IBGE revisou os resultados do PIB de 2001 a 2011, as centrais querem que a diferença entre o percentual concedido pelo governo e o percentual revisado pelo IBGE seja aplicada no salário mínimo de trabalhadores da ativa e aposentados.

Força Sindical e UGT vão tentar, a partir da semana que vem, abrir negociação com o governo. Mas seus departamentos jurídicos já avaliam a possibilidade de entrar com ações coletivas.

"Como sabemos que será muito difícil negociar com o governo neste momento de crise na economia e arrecadação em queda, um grupo de juristas está sendo consultado para saber o que pode ser feito para beneficiar trabalhadores do setor privado e aposentados", diz Miguel Torres, presidente da Força Sindical. A UGT reúne sua direção-executiva na segunda para avaliar os caminhos que pretende adotar.

ESPERAR A HORA CERTA

O índice total de correção só poderá ser calculado após o IBGE revisar os cálculos do PIB de 2012 a 2014, diz o diretor do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. "Não é correto divulgar um índice de correção agora porque é preciso esperar as demais revisões."

O PIB foi revisado de 7,5% para 7,6% em 2010 e de 2,7% para 3,9% em 2011.

O advogado Decio Scaravaglione, especializado em direito previdenciário, entende que a revisão do PIB abre espaço para pedido de correção para os últimos cinco anos.

"O problema será o tamanho do impacto que isso trará ao caixa da Previdência. A revisão pode não ser significativa em valores para o beneficiário individualmente. Mas, no coletivo, a conta será alta", diz o especialista.

Hoje, 70% dos benefícios pagos pela Previdência têm valor até um salário mínimo. Em janeiro, por exemplo, a folha total de pagamentos foi de R\$ 32,2 bilhões, para 32 milhões de beneficiários. Só com o reajuste concedido para o salário mínimo neste ano, o impacto anual foi calculado em R\$ 14,6 bilhões, segundo dados do ministério.

Para a advogada Fabíola Marques, especializada em direito trabalhista, a tendência é que os trabalhadores tenham decisões favoráveis em primeira instância. "Quando essas ações chegam aos tribunais superiores, podem ficar paradas anos, como ocorreu com a correção do FGTS."

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1602756-centrais-estudam-ir-a-justica-pelo-reajuste-do-minimo-com-o-novo-pib.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.